

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que a Embaixada da Índia não está a realizar atendimentos, nem a dar resposta às solicitações dos seus nacionais, o que muito tem prejudicado a comunidade indiana em Portugal. Foi relatado ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, aquela representação diplomática instituiu um sistema informático para agendamento de atendimentos que funciona apenas durante alguns minutos por dia e que, na prática, atendendo aos formulários que é necessário preencher, torna impossível a marcação de atendimento. Uma das pessoas com quem falámos relatou que em cerca de um ano e meio de tentativas de marcação, apenas conseguiu, efetivamente, agendar um atendimento.

Significa isto que os cidadãos indianos estão impedidos de proceder à renovação e emissão da sua documentação, designadamente de passaportes, o que tem tido graves consequências nas vidas destas pessoas. Com efeito, esta circunstância dificulta a sua regularização em território nacional e o reagrupamento familiar, limita a instrução dos processos junto da AIMA, e impede a renovação dos documentos portugueses. Para além disso, a falta de documentação coloca entraves no acesso à saúde, à educação e ao emprego devidamente protegido e com direitos. A situação tem sido de tal forma grave que alguns cidadãos tiveram que se deslocar à Índia para renovar o passaporte, medida extrema que, obviamente, não está ao alcance de todos.

De salientar que, de acordo com os dados de 2023 do Relatório Anual de Imigração e Asilo-RIFA), a comunidade indiana é a 5ª maior comunidade imigrante do nosso país, com 44 051 residentes, sendo o grupo de estrangeiros que mais tem crescido desde 2020, quando aumentou quase 40%.

Ora, em janeiro de 2024, decorreu em Nova Deli, na Índia, um encontro oficial entre o embaixador Rui Vinhas, Diretor-Geral de Política Externa (DGPE) do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e Shri Sanjay Verma, o responsável diplomático do MNE daquele país pelas relações com a Europa. Um dos temas na agenda desta reunião foi a “rápida implementação do projeto-piloto sobre o recrutamento de cidadãos indianos para trabalhar” em Portugal. De referir

que desde 2021 que está assinado um acordo entre ambos os países, publicado em Diário da República, que visa estabelecer os procedimentos para a admissão de cidadãos indianos para o desempenho de uma atividade profissional sob contrato de trabalho na República Portuguesa. Nesse acordo, é realçada a importância do “fortalecimento da amizade e dos laços de cooperação entre os dois países”, “a necessidade de reforçar a eficácia da gestão das migrações” e “a importância do emprego regularizado e a necessidade de lutar contra a migração irregular e o tráfico humano”, respeitando “os direitos humanos e a dignidade de todos os migrantes”.

Ora, não é isto que está a suceder. A falta de documentação – por culpa da entidade emissora – está a comprometer os direitos destes cidadãos e a promover a migração e o trabalho irregulares. Havendo cooperação entre os dois países, não podem ser razões de natureza burocrática a impedir estes cidadãos de usufruir plenamente dos seus direitos.

*Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. O que pretende o Ministério fazer para que estes cidadãos possam obter os seus documentos e, conseqüentemente, ter a sua situação regularizada em território nacional?
3. Tem o Ministério acompanhado a execução do acordo celebrado com a República da Índia em 2021? Em caso afirmativo, que resultados pode apresentar?

Palácio de São Bento, 1 de outubro de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)